



III Seminário Alto Minho: Desafio 2020 - "Uma Região Conectada - Como desenvolver os caminhos para a internacionalização"

12 de julho de 2012 | 09h00 | Eurocidade Valença - Tui

Exmos. Senhores,

Como é do conhecimento público, a CIM Alto Minho tem vindo a promover a iniciativa «Alto Minho: Desafio 2020» no sentido de construir uma estratégia de desenvolvimento de base territorial - a Estratégia "Alto Minho 2020". Pretende-se, pois, em estreita parceria com os principais atores regionais, consensualizar uma visão sobre este espaço regional, sobre as suas prioridades de desenvolvimento e sobre as principais iniciativas e projetos âncora indispensáveis para as concretizar.

Hoje, neste terceiro dos seis Seminários previstos no âmbito desta iniciativa, pretendeu-se refletir de forma alargada sobre o Alto Minho, enquanto Região Conectada, procurando aprofundar o debate sobre as condições chave para promover a sua internacionalização.

As notas desta minha intervenção não são, nem poderiam ser, conclusões deste seminário, mas sim e apenas, contributos para este exercício de reflexão conjunta e participada.

A internacionalização económica é uma das condições essenciais para a competitividade do País, das suas empresas e dos seus territórios. Se sempre constituiu uma dimensão importante, a internacionalização económica é, hoje em dia, cada vez mais, decisiva, em particular, nos tempos difíceis que vivemos.

Portugal sofre, historicamente, de um défice crónico da sua balança comercial. Ao contrário do que, por vezes, nos querem fazer crer, este défice crónico tem também uma clara expressão territorial. Regiões como a do Norte e do Centro apresentam em 2011 superávits da sua balança de bens na ordem dos 5% do PIB. Pelo contrário, Lisboa, regista um défice dessa balança que é superior ao défice do País como um todo.. Hoje dizemos que Portugal é um país endividado. É-o de facto, mas é-o por causa do seu modelo centralista de organização



territorial. As Regiões do Norte e Centro têm os níveis de rendimento “per capita” mais baixos do país. Agora, têm os níveis de rendimento que as suas economias podem pagar. Outras regiões têm níveis de rendimento “per capita” muito mais elevados, mas esse rendimento tem sido sustentado pelo crescente endividamento externo, que, agora, todos somos chamados a pagar. Ou seja, pede-se, agora, mais uma vez, às pequenas e médias empresas do Norte e do Centro e aos seus trabalhadores que ajudem a salvar o país, quando as políticas públicas nacionais ao longo dos anos se têm esquecido delas, quando não mesmo olhado com desdém.

Na resolução desse défice crónico do País, há aspetos que se podem tratar do lado das importações (eficiência energética, energias renováveis, agricultura para substituição de importações, etc.). Mas o tema de hoje é a internacionalização económica do Alto Minho e, por isso, pretendemos centrar esta reflexão, sobretudo, na vertente das suas exportações de bens e serviços.

No que respeita ao setor exportador de bens, o Alto Minho apresentava em 2010, tal como a Região do Norte, uma relação favorável da taxa de cobertura das importações pelas exportações – 117% no Alto Minho contra 64% de Portugal. O grau de abertura, a intensidade exportadora e, sobretudo, a “Proporção das exportações de bens de alta tecnologia no total das exportações” registam, também, valores claramente superiores no Alto Minho em relação ao que sucede ao nível nacional.

No setor turístico - a principal atividade exportadora nacional – a evolução do Alto Minho desde 2007 está longe de ser a desejável, confrontando-se o setor com dificuldades crescentes relacionadas, por exemplo, com a diferença no IVA entre Portugal e Espanha, com o modelo de operacionalização das portagens, ou com a insuficiente promoção turística do Alto Minho. Ainda assim, o setor turístico continua a ter igualmente uma expressão muito significativa, sendo o Alto Minho tradicionalmente o terceiro maior subespaço regional em termos de proveitos da Região do Norte, a seguir à Área Metropolitana do Porto e ao Cávado.

Ou seja, não é certamente pelo Alto Minho que o País se encontra na atual situação deficitária. Agora, só com o apoio à dinâmica de regiões exportadoras de bens e serviços transacionáveis como o Alto Minho é que o País conseguirá sair desta situação. Nesta área, mais do que divagar sobre macro desígnios estratégicos ou visionários aplicados uniformemente a todo o País, é fundamental **promover uma efetiva descentralização das políticas de apoio à**



atratividade e internacionalização económica dos territórios e dos seus principais clusters empresariais.

Como a CIM do Alto Minho defendeu no recente Estudo Piloto sobre a organização e competências das CIM e como se encontra previsto no Acordo de Concertação Social, torna-se essencial constituir parcerias de base territorial entre as CIM, os principais organismos da administração pública central e local e, como é natural, as principais entidades de natureza empresarial, no sentido de ***estruturar e dinamizar Programas integrados de Atratividade Territorial***, que contemplem, nomeadamente, o apoio ao seguinte conjunto de ações:

(i) a **dinamização de redes supramunicipais de promoção de iniciativas e negócios de base local** (por exemplo, assegurando o apoio à prospeção, à informação, à intermediação institucional, ao suporte à montagem técnica, financeira e institucional, ou à incubação de iniciativas e negócios de base local);

(ii) o desenvolvimento de **ações integradas de marketing territorial, dos seus recursos institucionais e dos principais sistemas produtivos locais** (por exemplo, ações de promoção económica do território em mercados chave internos e externos – em particular, os mercados da diáspora, produção de conteúdos e de canais que promovam a captação de investimento);

(iii) a dinamização de **iniciativas de redução de custos de contexto sub-regionais e locais**, designadamente, ao nível dos serviços, do enquadramento regulamentar e dos respetivos documentos de suporte à gestão (por exemplo, harmonização / simplificação de regulamentos municipais, dos procedimentos ou dos modelos tipo de formulários, assunção ao nível intermunicipal de padrões de qualidade e celeridade na tramitação e seguimento das iniciativas empresariais);

(iv) a **programação, gestão e promoção integrada dos espaços de acolhimento empresarial** existentes ou futuros ao nível intermunicipal, potenciando o efeito de rede regional, das economias de aglomeração e da inovação, generalizando parâmetros mínimos de qualidade dos espaços de acolhimento empresarial (nomeadamente, em termos de serviços prestados, proteção e garantia da qualidade ambiental) e harmonizando, ao nível intermunicipal, os valores de referência em termos da aquisição do solo, das taxas municipais e dos principais regulamentos aplicáveis aos espaços de acolhimento empresarial;



(v) a dinamização de **iniciativas intermunicipais de desenvolvimento comercial**, abrangendo quer ações conjuntas de promoção de zonas comerciais e de disseminação de boas práticas, quer a valorização e gestão da própria organização, design e promoção das principais zonas de comércio urbano;

(vi) o desenvolvimento de **iniciativas integradas de valorização e promoção do potencial turístico**, no sentido de valorizar os recursos específicos e distintivos do seu território e dos seus produtos chave (por exemplo, turismo natureza, mar e aventura, eno-gastronomia, solares, aldeias e jardins, saúde e bem estar, património e tradições, etc)

Em segundo lugar, há também que **criar as condições de contexto infraestruturais e imateriais indispensáveis à adequada prossecução dessas políticas de atratividade territorial no Alto Minho.**

O Alto Minho possui, como se sabe, um mercado de proximidade de mais de 3 milhões de pessoas a menos de 60 minutos, abrangendo a Área Metropolitana do Porto, a sul; o eixo urbano de Braga/Guimarães, a leste; e a Área Metropolitana de Vigo (Galiza-Espanha), a norte. A menos de 60 minutos temos quase tudo – Aeroportos Internacionais, Portos da Rede Transeuropeias de Transportes, infraestruturas rodoviárias modernas e eficazes, Instituições de ensino superior e de investigação de referência internacional, Sectores de especialização com assinalável intensidade tecnológica e potencial de internacionalização e uma Rede qualificada e competitiva de áreas de acolhimento empresarial. Para consolidar, em definitivo, este notável mercado de oportunidades a menos de 60 minutos do Alto Minho, tornando-o um espaço de excelência para investir e visitar, é fundamental, ***ao nível das condições infraestruturais:***

- (i) Promover a modernização da linha do Minho entre o Porto e Vigo, colocando as duas principais cidades do Noroeste Peninsular a menos de 60 minutos de Viana do Castelo;
- (ii) Solucionar o problema do acesso e de algumas condições de operacionalidade do Porto de Viana do Castelo;
- (iii) e resolver, em definitivo, as dificuldades existentes na operacionalização das portagens da ex-SCUT.



Ao nível das condições imateriais, destaca-se, como não poderia deixar de ser, a necessidade de reforçar ainda mais as **redes de cooperação transfronteiriça em que temos vindo a trabalhar em conjunto com as instituições amigas da Galiza** em domínios como: (i) **Mar**, com a partilha de experiências e de iniciativas de valorização da economia do Mar (em particular, na náutica de recreio, indústria naval e pescas); (ii) **Turismo**, com a valorização dos principais produtos turísticos transfronteiriços (por exemplo, Turismo Natureza, Saúde e bem estar, Saúde e Bem-estar; Solares, Paços e Jardins; Golfe); (iii) **Internacionalização económica**, através, por exemplo, de Missões Conjuntas a mercados de Países Terceiros; (iv) **Floresta**, com a Qualificação dos modelos de desenvolvimento e gestão florestal; (v) **Energia**, através do intercâmbio de experiências promoção de fontes de energias renováveis e da eficiência energética; (vi) **Cultura e criatividade**, com a dinamização das redes transfronteiriças de itinerâncias e eventos; ou ainda (vii) da **Melhoria dos serviços coletivos de proximidade nas regiões de fronteira** (transportes locais, saúde, desporto e lazer, etc.), de que é um exemplo a ação que tem vindo a ser promovida na Eurocidade Valença – Tui onde nos encontramos.

Enfim, os desafios são muitos e o único local onde sucesso vem antes de trabalho, é no dicionário. Há muito trabalho a fazer por todos nós e pelas instituições que representamos, mas saio daqui confiante que vamos conseguir concretizar os objetivos a que nos propomos para reforçar a internacionalização económica do Alto Minho.

Para terminar, queria, em nome dos dez presidentes do Conselho Executivo da CIM do Alto Minho, que aqui saúdo, agradecer a todos pela vossa presença, agradecer em particular a todos os oradores e moderadores que convidamos pela sua preciosa colaboração no desenvolvimento deste debate e desejar a todos que continuem a participar ativamente nesta iniciativa “Alto Minho 2020”.

Muito obrigado!